



## → continuação

sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores; entretanto, conforme requerido pela ITG 2002, o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Fiscal e Consultivo foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). A receita de gratuidade está representada substancialmente pela concessão de ingressos a alunos de escolas públicas, valorizada pelo mesmo montante que seria cobrado de terceiros e sendo contabilizada como se tivesse ocorrido o seu recebimento e uma doação pelos alunos ou escolas (receita e despesa no mesmo montante). As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios. **2.19 Benefícios a empregados** - A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações. **3 Estimativas e julgamentos contábeis** - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos corresponde à constituição da provisão para ajuste ao valor de realização dos estoques, os quais estão representados, substancialmente, por livros e publicações adquiridos ou editados por ocasião da realização de exposições decorrentes dos projetos incentivados, sendo a quantidade remanescente doada para a Associação, que os coloca à venda na sua loja, por preços inferiores aos correspondentes custos de doação ou de edição, assim como para contingências. E no passivo a constituição de provisões para: (a) possível recolhimento de ISS sobre as receitas de bilheteria dos últimos 5 (cinco) anos, após o recebimento de intimação da Subsecretaria da Receita Municipal-Departamento de Fiscalização, para apresentar documentos relativos ao período de 2009 a 2013, (b) Provisão recolhimento de valores ao MinC referente os projetos PRONAC 00 2828-Rodim Escultores e 05 3769-Livro História de Museus nos valores de R\$ 62 e R\$ 62 respectivamente. **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2014	2013
Caixa	6	6
<b>Bancos conta movimento</b>		
Contrato de gestão	125	3.643
Recursos próprios e fundo especial	4	6
	<b>135</b>	<b>3.655</b>

**Aplicações financeiras-contrato de gestão Banco do Brasil S.A.**

Fundo de investimento DILP VIP	106	
--------------------------------	-----	--

Em 2014, a Associação recebeu o primeiro repasse do contrato de gestão (05/2013) no valor de R\$ 24.475. Conforme estabelecido no contrato, aplicou a título de Fundo de Reserva (a) o percentual de 6% do repasse. A rentabilidade anual média da referida aplicação foi de 6,6%.

**10 Outros créditos**

	2014	2013
Adiantamentos a fornecedores	636	23
Antecipação de férias e empréstimos a funcionários	115	103
Valores a receber de projetos		70
Outras contas a receber		3
Obras de arte	236	1.850
Provisão para doações	(236)	(1.850)
	<b>751</b>	<b>199</b>

Realizável a longo prazo – adiantamento a fornecedores

Ativo circulante	792	199
------------------	-----	-----

Em 2014, foram adquiridas 13 obras de arte de 10 artistas diferentes, no montante de R\$ 1.498, sendo R\$ 85 adquiridas com recursos próprios e R\$ 1.413 com recursos do Fundo Patronos. Das obras adquiridas, 12 ainda não tiveram o processo de doação iniciado junto à SEC. Em 2013, foram adquiridas 26 obras de arte de 15 artistas diferentes, no montante de R\$ 1.975, sendo R\$ 1.941 adquiridas com recursos do Contrato de Gestão e R\$ 34 com recursos do Fundo Patronos. Parte das obras já teve o processo de doação iniciado junto à SEC e o montante de R\$ 1.850 referiu-se às obras adquiridas pela Associação e que aguardavam a aceitação do processo da doação pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC) para a efetivação da baixa. **11 Imobilizado**

	2014		2013	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
<b>Contrato de gestão e administrativo</b>				
Móveis e utensílios	1.194	(1.188)	6	1
Máquinas e equipamentos	726	(722)	4	
Instalações	36	(36)		
Equipamentos de informática	694	(676)	18	
Equipamentos fotográficos	58	(53)	5	
	<b>2.708</b>	<b>(2.675)</b>	<b>33</b>	<b>1</b>

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2014	2013
No início do exercício	1	471

**Aquisição de bens**

Com recursos do contrato de gestão	33	579
------------------------------------	----	-----

Depreciação

	(1)	(1.049)
--	-----	---------

**No final do exercício**

	<b>33</b>	<b>1</b>
--	-----------	----------

A composição das aquisições pode ser assim demonstrada:

	2014	2013
Móveis e utensílios	5	164
Máquinas e equipamentos	4	361

**Composição do saldo em 31 de dezembro**

	2014	2013
Bancos conta-movimento (Nota 5)	3.101	6.204
Aplicações financeiras (Nota 5)	6.595	4.467
Contas a receber (Nota 7)		271
Outros créditos	698	26
Fornecedores	(886)	(531)
Outras contas a pagar		(23)
	<b>9.508</b>	<b>10.414</b>

A composição dos principais gastos incorridos nos projetos pode ser assim demonstrada:

	2014		2013	
	Plano anual	Outros	Plano anual	Outros
Produção, curadoria, coordenação técnica e outros	7.206	319	7.525	524
Divulgação	57	16	73	4
Contratos-serviços de terceiros	290	10	300	74
Material de consumo	97	10	107	7
Obras de arte		917		
Outros	420		420	144
	<b>8.070</b>	<b>1.272</b>	<b>9.342</b>	<b>5.822</b>

A composição dos bens móveis e intangível adquiridos com recursos dos projetos pode ser assim demonstrada:

	2014	2013
Móveis e utensílios	100	513
Máquinas e equipamentos	17	170
Equipamentos de informática	158	338
Softwares	35	91
Outros		9
	<b>310</b>	<b>1.121</b>

Depreciação e amortização

Baixa por obsolescência ou desuso	(21)	(946)
-----------------------------------	------	-------

	<b>289</b>	<b>(175)</b>
--	------------	--------------

O imobilizado adquirido por Planos anuais e projetos (Rei Rouanet) é apresentado no balanço na linha de "créditos de projetos a incorrer". Os valores serão incorporados ao imobilizado da Associação quando o projeto for encerrado, entregue a prestação de contas ao Ministério da Cultura (MinC) e transferidos para a Associação. Os bens móveis e intangíveis adquiridos com recursos dos Planos Anuais serão, ao final do projeto, revertidos para o patrimônio da Associação, consoante disposição da Instrução Normativa nº 1, de 9 de fevereiro de 2012, do Ministério da Cultura. A Associação captou recursos para execução de projetos da Pinacoteca do Estado desde a aprovação da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, popularmente conhecida como Lei Rouanet. Desde então, para todos os projetos em que houve captação de recursos, as prestações de contas foram enviadas, mas somente para alguns poucos projetos foram obtidas as correspondentes aprovações por parte do Ministério da Cultura. Em 25 de maio de 2011, por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), iniciou a composição de um Grupo de Trabalho Institucional, envolvendo recursos humanos e materiais dos Ministérios da Cultura e do Planejamento, com prazo de

Fundo de renda fixa-RF LP VIP (Nota 9)	2.078	
Poupança (Nota 9)	238	
Fundo de renda fixa - RF CP 50 mil	2.929	
Fundo de investimento REF DI PL 50 mil	65	
<b>Banco Santander S.A.</b>		
Fundo de investimento Classic DI	855	716
Fundo de investimento FIC		44
	<b>3.849</b>	<b>3.182</b>
	<b>3.984</b>	<b>6.837</b>

Em 2013 e 2014, as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração aproximada de 0,6% ao mês. Em atendimento às normas do Governo Estadual, as aplicações financeiras são realizadas substancialmente em bancos estatais. **5 Recursos financeiros de projetos**

**Bancos conta-movimento**

Plano anual 2013 (*)		1.863
Plano anual 2014 (*)		4.115

Plano anual 2015

PROAC 2013 (*)	2.605	218
----------------	-------	-----

PROAC 2014

Fundos Patronos	496	8
-----------------	-----	---

	<b>3.101</b>	<b>6.204</b>
--	--------------	--------------

Plano anual 2013 (\*)

Plano anual 2014 (*)	2.495	3.542
----------------------	-------	-------

Plano anual 2015

PROAC 2013 (*)	3.175	72
----------------	-------	----

PROAC 2014

NELD (*)	264	67
----------	-----	----

Fundos Patronos

	661	786
	<b>6.595</b>	<b>4.467</b>
	<b>9.696</b>	<b>10.671</b>

	Fundo de reserva (a)	Reserva de contingências (b)	Reserva para eventos futuros (c)	Fundo especial (d)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>1.004</b>	<b>227</b>	<b>1.155</b>	<b>871</b>

Aplicação realizada

Rendimentos auferidos	60	11	800	100
-----------------------	----	----	-----	-----

Resgates

	(1.064)		123	59
--	---------	--	-----	----

Transferência para o circulante (Nota 4)

		(238)	(2.078)	(96)
--	--	-------	---------	------

**Em 31 de dezembro de 2013**

Aplicação realizada	1.468			158
---------------------	-------	--	--	-----

Rendimentos auferidos

Resgates	77			81
----------	----	--	--	----

	<b>1.545</b>			<b>889</b>
--	--------------	--	--	------------

Equipamentos de informática	18	30	5.780	5.780
-----------------------------	----	----	-------	-------

Equipamentos fotográficos

	6	24	621	621
--	---	----	-----	-----

	<b>33</b>	<b>579</b>		
--	-----------	------------	--	--

**12 Impostos e contribuições a recolher**

PIS e COFINS a recolher	18	12		
-------------------------	----	----	--	--

IRRF a recolher

	201	64		
--	-----	----	--	--

ISSQN a recolher

	272	8		
--	-----	---	--	--

INSS a recolher

	286	242		
--	-----	-----	--	--

FGTS a recolher

	86	71		
--	----	----	--	--

ICMS a recolher

	8	1		
--	---	---	--	--

	<b>871</b>	<b>398</b>		
--	------------	------------	--	--

O valor de ISSQN a recolher (R\$272) é composto substancialmente pela provisão de ISS sobre serviços de bilheteria do período de 2010 a 2014.

**13 Salários e férias a pagar**

Salários a pagar	551	438		
------------------	-----	-----	--	--

Provisão para férias e encargos

	1.220	1.043		
--	-------	-------	--	--

	<b>1.771</b>	<b>1.481</b>		
--	--------------	--------------	--	--

**14 Créditos de projetos a incorrer**

	2014		2013	
	Créditos projetos	Bens móveis e intangível	Líquido	Créditos projetos
Plano anual 2013				5.059
Plano anual 2014	2.655	(289)	2.366	4.115

**Em 31 de dezembro de 2012**

Recursos recebidos ou a receber

Receitas financeiras e outras	26	196		
-------------------------------	----	-----	--	--

Gastos incorridos na execução do projeto

Compra de obras de arte	(73)	(5.822)		
-------------------------	------	---------	--	--

Compra de bens móveis e intangível

	(25)	(377)		
--	------	-------	--	--

Recursos transferidos para novo plano anual e outros

	(3.425)	3.425		
--	---------	-------	--	--

Recursos devolvidos

				(241)
--	--	--	--	-------

**Em 31 de dezembro de 2013**

Recursos recebidos ou a receber

Receitas financeiras e outras	65	1.246	5.780	1.550
-------------------------------	----	-------	-------	-------

Gastos incorridos na execução do projeto

Compra de obras de arte	4	299		52
-------------------------	---	-----	--	----

Compra de bens móveis e intangível

	(63)	(8.070)		(291)
--	------	---------	--	-------

Recursos transferidos para novo plano anual e outros

		(289)		(917)
--	--	-------	--	-------

Recursos devolvidos

				(289)
--	--	--	--	-------

**Em 31 de dezembro de 2014**

24 meses, a partir do efetivo início dos trabalhos, para elaborar um plano abrangente, visando à extinção do passivo de prestação de contas sem análise financeira, assim como evitar a formação de um novo passivo. Em decorrência da análise do grupo de trabalho formado, a Associação recebeu, durante o ano de 2013 e 2014, solicitações por parte do Ministério da Cultura para envio de informações e documentos relacionados a diversos projetos. Após o indeferimento dos recursos administrativos para os projetos PRONAC 002828-Rodim Escultores e 05 3769-Livro História de Museus, restou a APAC o recolhimento dos débitos nos valores de R\$ 62 e R\$ 62 respectivamente. A APAC aguarda definição do MINC de pedido para parcelamento de débito. Há ainda os projetos PRONACS 97 1270-Esculturas Brasileiras (R\$ 73), 06 4946-Sipan (R\$ 350) e 06 9403-Almeida Junior (R\$ 97), que a APAC reivindicou ação anulatória em juízo, uma vez esgotadas as possibilidades de recursos administrativos. No que diz respeito aos demais projetos, continuam em análise por parte do Ministério da Cultura. **15 Recursos do contrato de gestão** - Em 2013, foi encerrado o contrato de gestão 35/2008 para o qual a APAC recebeu o montante de R\$ 89.449 no decorrer de 5 anos, a prestação de contas do mesmo foi entregue para análise da SEC em 31 de janeiro de 2014 e a Associação aguarda parecer final. O valor apresentado no passivo circulante, que totaliza R\$850, refere-se ao saldo remanescente do valor de R\$ 24.475 recebido em 2014 para execução do Contrato de Gestão nº 05/2013 e não apropriado no ano de execução. O referido saldo não implicou em prejuízo na execução do Plano de Trabalho. Ainda em 2014, a Associação firmou o primeiro aditamento, que definiu o Plano de Trabalho e o valor do repasse para o orçamento de 2015, no montante de R\$ 26.922. **16 Doações de bens e direitos a apropriar**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
--	-------------	-------------

No início do exercício

	<b>1</b>	<b>492</b>
--	----------	------------

Bens recebidos em doação ou adquiridos com recursos do contrato de gestão ou de projetos incentivados

Imobilizado	33
-------------	----

→ continuação		
Divulgação e comercialização	(263)	(57)
Com pessoal	(15.736)	(13.279)
Contratos	(4.489)	(5.165)
Material de consumo	(733)	(1.238)
Utilidade pública	(1.335)	(1.343)
Doações de obras (*)		(1.969)
Doações—outras	(127)	(70)
Depreciação e amortização	(1)	(779)
Realização de doações de bens e direitos	1	779
Outras despesas	(99)	(820)
Tributárias	(77)	(82)
	<b>(24.929)</b>	<b>(25.407)</b>

(\*) 2013—Incorpora R\$ 28 de obras recebidas em doação. **21 Receita de venda da loja, líquida do custo das vendas e tributos**

	2014	2013
Receita bruta de vendas	957	648
Custo das vendas	(196)	(223)
Impostos incidentes sobre a venda	(48)	(26)
	<b>713</b>	<b>399</b>

22 Trabalho voluntário e gratuidade		
Trabalho voluntário	1.364	1.431
Gratuidade de ingressos	2.071	2.359
	<b>3.435</b>	<b>3.790</b>

**23 Aspectos fiscais** - Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais. A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação. A Associação tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit em conformidade com o artigo 15 da Lei no 9.532/97. Adicionalmente, durante o exercício de 2014 e de 2013, para atender às orientações da norma ITG 2002, a administração da Associação avaliou a mensuração e divulgação de valores da renúncia fiscal que a isenção de imposto de renda e contribuição social propiciam à Associação, concluindo este tema como impraticável. Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto. Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS)—contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)—pagamento integral das contribuições devidas. Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade (COFINS), a Medida Provisória (MP) no 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro

de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei no 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à COFINS as receitas decorrentes de vendas, locação de espaços, bilheteria e outras. A administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição, posição essa confirmada por seus assessores jurídicos, que indicam em resposta a consulta formulada que, em princípio, a Associação estaria sujeita ao recolhimento da COFINS, mas que no seu entendimento a “atividade própria” é toda e qualquer atividade cuja receita viabilize, no todo ou em parte, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da entidade. Em maio de 2008, os advogados da Pinacoteca intentaram Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária solicitando que seja declarada a imunidade da Associação, ou, subsidiariamente, que seja declarada a isenção com relação ao recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas decorrentes de suas atividades (estatutariamente previstas), a saber: (a) a bilheteria; (b) a cessão de espaço para eventos que objetivem a difusão da cultura e da educação; (c) a cessão de espaço para café e afins; e (d) a venda de produtos relacionados com o escopo do museu, ainda pendente de apreciação. Com relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), a administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que as receitas de bilheteria, cursos e palestras, estão imunes do ISSQN, imunidade essa que poderá ser obtida mediante requerimento formulado junto ao órgão da administração municipal. Adicionalmente, os assessores jurídicos indicam que em função da imunidade tributária conferida pelo artigo 150, inciso VI, alínea “c”, da Constituição Federal, fica afastada, de qualquer maneira, a incidência do ISSQN sobre as atividades desempenhadas pela Associação. Em outubro de 2008, foi apresentado o pedido de reconhecimento da imunidade tributária junto a Prefeitura do Município de São Paulo, em agosto de 2013 a Associação foi notificada a apresentar documentação comprobatória para consubstanciar o pedido de imunidade formulado, a qual foi apresentada no prazo estipulado e em setembro de 2014 foi publicado o indeferimento do pedido pela PMSP. Com base no indeferimento do processo administrativo e de intimação recebida em dezembro de 2014 da Subsecretaria da Receita Municipal-Departamento de fiscalização para apresentação de documentos relacionados a prestação de serviços da Associação, a APAC provisionou os valores principais corrigidos com multa, juros e atualização monetária de ISS sobre os serviços de bilheteria do período de 2010 a 2014 e estuda pleitear em juízo a imunidade. Em 2012, a Associação contratou, em conjunto com outras OSs da Cultura, o escritório Barros Carvalho, do Dr. Paulo de Barros Carvalho, Professor Emérito da PUC-SP e USP para emissão de um parecer, entregue em 15 de agosto de 2012, como mais um subsídio e embasamento ao pleiteado pela Associação junto às esferas municipal e federal. Em decorrência dos assuntos comentados acima, a Associação provisionou os valores referentes ao ISS sobre serviços de bilheteria do período de 2010 a 2014. Em 26 de novembro de 2010, a Associação ingressou com pedido para atualização do Certificado de Reconhecimento de Instituição Cultural, junto à Secretaria de Estado da Cultura, para a obtenção de isenção do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direi-

tos (ITCMD), junto à Secretaria da Fazenda do Estado. O Certificado de Reconhecimento de Instituição Cultural foi publicado no DOE em 28 de dezembro de 2010 e a solicitação de isenção do ITCMD foi protocolada na Secretaria da Fazenda em 18 de fevereiro de 2011, sendo obtida a Declaração de Isenção do ITCMD em 27 de junho de 2012, com validade para o período de 27 de junho de 2012 a 26 de junho de 2013 e renovada em 17 de junho de 2013, para o período de 27 de junho de 2013 até 26 de junho de 2014. Em outubro de 2014 após o desbloqueio da CNJ junto a Receita Federal, a APAC ingressou com pedido para atualização do Certificado de Reconhecimento de Instituição Cultural, junto à Secretaria de Estado da Cultura para solicitar a renovação do ITCMD. O Certificado de Reconhecimento de Instituição Cultural foi publicado no DOE em 2 de dezembro de 2014 e a solicitação de isenção do ITCMD foi protocolada na Secretaria da Fazenda através de seus assessores jurídicos em 11 de dezembro de 2014. As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais. **24 Seguros** - A Associação mantém contratos de seguros de riscos diversos e de responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 5 de junho de 2014 a 5 de junho de 2015. As coberturas de seguros contratadas (locais—Praça da Luz, Rua General Osório e Rua Pedro Arbues) têm os seguintes limites: (a) incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e incêndio resultante de tumultos—R\$ 50.000; (b) vendaval e fumaça, com impacto de veículos terrestres e aéreos—R\$ 1.320; (c) tumultos—R\$ 240 (d) danos elétricos—R\$ 70; (e) equipamentos móveis—R\$ 50; (f) equipamentos eletrônicos—R\$ 50; (g) roubo, furto qualificado de bens nas dependências do segurado—R\$ 50; (h) roubo de valores nas dependências do segurado—R\$ 20; (i) roubo ou furto qualificado de valores em trânsito fora do estabelecimento—R\$ 10; (j) quebra de vidros – R\$ 7. Adicionalmente, também mantém seguro de responsabilidade civil com cobertura contratada de R\$ 2.200. Não são contratados seguros para os bens e acervo da Pinacoteca cedidos no contrato de gestão. Com relação às obras de arte recebidas ou enviadas para exposições são contratados seguros específicos. Adicionalmente, foi contratado seguro fiança relativo ao aluguel do galpão situado à rua Pedro Arbues, 115, com vigência de 1º de novembro de 2014 a 1º de novembro de 2015, com valor de R\$ 7 ao mês e danos ao imóvel de 20% da indenização

Conselho de Administração	
Jose Olympio Pereira - Presidente	
Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari - Vice Presidente	
Conselheiros	
Carlos Wendel de Magalhães	Sérgio Fingermann
Darlan dos Santos Lopes	Tais Borja Gasparian
Carlos Jereissati	Ana Carmen Rivaben Longobardi
Roberto Bielawski	Sergio Sister
Manoel Andrade Rebelo Neto	
Conselho Fiscal	
Osvaldo Roberto Nieto - Presidente	
Silvio Barbosa Bentes - Conselheiro	
Contador	
Renata Aparecida Silva de Melo - CRC 1SP269.659/O-2	

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Diretores e Conselheiros - Associação Pinacoteca Arte e Cultura—APAC Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Pinacoteca Arte e Cultura—APAC (a “Associação”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Res-**

**ponsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pinacoteca Arte e Cultura—APAC em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 29 de janeiro de 2015  
**Adriano Formosinho Correia**  
 Contador CRC BA-029904/O-5

**“ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA – Organização Social de Cultura**

C.N.P.J. 96.290.846/0001-82  
 Entidade Pública Gerenciada: Pinacoteca do Estado de São Paulo (Pinacoteca Luz, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência de São Paulo)  
 Contratante: Secretaria de Estado da Cultura

**Relatório de Execução do Contrato de Gestão Nº 005/2013 - Exercício 2014**

Ações	Meta	Realizado	%				
		Ano	Realizado				
Programa de Acervos				32. Monitorar índices de satisfação	2 relatórios entregues	2	100%
1. Elaborar a política de acervos	Entrega da política	ok	100%	33. Realizar atendimento PISC	2.000 pessoas	3.006	150%
2. Atualizar a política de aquisição de obras	Entrega da política	ok	100%	34. Realizar atendimento PEPE	1.200 pessoas	1.726	144%
3. Desenvolver plano de implantação Banco de Imagens	Entrega do plano	ok	100%	35. Realizar encontros para educadores	8 encontros	10	125%
4. Elaborar o manual de catalogação para o acervo museológico	Entrega do documento	ok	100%	36. Realizar Atendimento Meu Museu	700 pessoas	1.804	258%
5. Aplicar produto de nanotecnologia nas obras	13 obras	14	108%	37. Realizar Publicações Educativas	2 publicações	2	100%
6. Estabelecer parcerias com outras Bibliotecas	5 parcerias	13	260%	38. Atendimento Educateca	350 usos	306	87%
7. Realizar digitalização de catálogos	20 catálogos	20	100%	Programa Apoio SISEM			
8. Realizar digitalização de documentos iconográficos	200 documentos	211	106%	39. Itinerar a mostra Lugares da Memória	2 mostras	2	100%
9. Estabelecer parcerias com instituições acadêmicas ou museológicas	1 parceria	1	100%	40. Receber grupos para visitas técnicas	2 visitas	2	100%
10. Submeter projetos de pesquisa a editais	1 projeto	1	100%	41. Realizar mostra itinerante sobre o acervo	2 mostras	2	100%
11. Realizar pesquisa sobre a história da Pinacoteca	Relatório de pesquisa	ok	100%	42. Participar de GT—Botucatu	2 relatórios	2	100%
Programa de Exposições e Programação Cultural				Programa Memorial da Resistência de São Paulo			
12. Realizar atividades no âmbito de parcerias	4 atividades	4	100%	43. Receber visitantes	70.000 visitantes	77.284	110%
13. Realizar exposições temporárias	11 exposições	11	100%	44. Realizar exposições temporárias	3 exposições	3	100%
14. Realizar Curso de História da Arte	3 cursos	3	100%	45. Realizar Sábados Resistentes	15 Sábados Resistentes	17	113%
15. Receber público no curso de História Arte	240 pessoas	402	168%	46. Realizar Lugares da Memória	10 lugares levantados	14	140%
16. Realizar programas temáticos (aniversário da cidade, virada cultural, semana de museus e mês da consciencia negra)	e eventos	4	100%	47. Realizar Coleta Regular de Testemunhos	25 testemunhos coletados	29	116%
17. Organizar palestras e afins	5 palestras e ou seminários	7	140%	48. Propiciar visitas mediadas para estudantes de ensino público e privado	14.000 estudantes	17.106	122%
18. Receber público nos seminários	110 pessoas	667	606%	49. Propiciar visitas mediadas para publico diversificado	6.000 pessoas	6.141	102%
19. Organizar curso de formação em acervo documental CIDOC	1 curso	1	100%	50. Propiciar atendimentos educativos ao público especial	70 pessoas	132	189%
20. Receber público no CIDOC	50 pessoas	89	178%	51. Realizar encontros de capacitação	7 encontros	7	100%
21. Organizar evento de lançamento de publicações do Núcleo de Ação Educativa	2 eventos	2	100%	Programa de Comunicação			
22. Realizar pesquisa de satisfação	800 questionários	800	100%	52. Divulgar todas as atividades da Pinacoteca	400 matérias	3.883	971%
23. Monitorar índice de satisfação de publico	2 relatórios entregues	2	100%	53. Publicar quizz e jogos	8 jogos e ou quizz	18	225%
24. Receber visitantes Pinacoteca Luz	395.000 visitantes	417.446	106%	54. Utilizar espaços publicitarios em portais de entretenimento (nº de fãs)	130.000 fãs	731.861	563%
25. Receber visitantes na Estação Pinacoteca	50.000 visitantes	66.470	133%	55. Realizar campanha de mkt institucional	4 campanhas	10	250%
26. Atender pesquisadores na Biblioteca Walter Wey	1.300 pesquisadores	1.435	110%	56. Produzir material informativo sobre a agenda da Pinacoteca	2 materiais	3	150%
27. Atender pesquisadores no CEDOC	240 pesquisadores	230	96%	Programa de Gestão Administrativa			
Programa de Serviços Educativos e Projetos Especiais				57. Captar recursos operacionais-8% do valor total do Contrato de Gestão	R\$ 1.958.000,00	2.255.359	115%
28. Propiciar visitas mediadas para ensino público e privado na longa duração e octógono	28.000 estudantes	26.903	96%	58. Captar recursos via patrocínio-10% do valor total do Contrato de Gestão	R\$ 2.447.500,00	8.991.303	367%
29. Propiciar visitas para publico diversificado	10.000 visitantes	13.043	130%	59. Aumentar o número de associados	10% a mais no final do ano (em 2013 foram 78 associados)	97	24%
30. Propiciar visitas educativas na Estação Pinacoteca	9.000 visitantes	14.886	165%	60. Inscrição de projetos da Pinacoteca em editais, públicos e privados, e em Leis de incentivos.	2 por ano	2	100%
31. Realizar pesquisa de satisfação da visita escolar por amostragem	60 pesquisas	60	100%				

**Justificativas: Meta 27.** Atender pesquisadores no CEDOC: Foram atendidos 56 pesquisadores no 4º trimestre. **Justificativa:** A meta anual de atendimento a pesquisadores foi atingida em 93%. Durante o ano houve uma reestruturação das áreas de acervo bibliográfico e documental que ocasionou um turnover grande na equipe. Este fato coincidiu com a realização do curso CIDOC no 3º trimestre, também meta do Contrato de Gestão, e, sendo assim, foi tomada a decisão de fechar o espaço de atendimento ao pesquisador durante o curso, no qual toda a equipe voltou seus esforços para esta ação. Este fechamento teve impacto na realização da meta anual. Percebe-se, pelo atendimento do último trimestre, que a realização da meta já foi restabelecida. **Meta 28.** Propiciar visitas mediadas para estudantes na Pinacoteca Luz: Realizado 7.673 atendimentos no trimestre. **Justificativa:** Pese as metas trimestrais terem sido superadas nos primeiro e quarto trimestres do ano, a meta anual não foi atingida. As mudanças

no calendário escolar em decorrência da Copa do Mundo resultaram numa dinâmica anual atípica de visitação no segundo e terceiro trimestres, quando o atendimento foi inferior à meta estabelecida, o que pode ser verificado, sobretudo, nos meses de junho e julho de 2014. **Meta 38.** Atendimento de crianças/famílias por meio da Educateca: No 4º trimestre foram utilizados 5 Educatecas como recursos de atendimento. **Justificativa:** A meta anual do uso da Educateca, dispositivo que garante a autonomia da visita do público do museu, não foi atingida, porque sofreu interferência direta do lançamento de um novo projeto, o Pinafamília. Ambos projetos possuem dispositivos para autonomia da visita e concorrem pelo mesmo público, então, é natural que parte do público migre da Educateca para o Pinafamília. Além disso, manteve-se a decisão de suspensão das atividades da Educateca durante a exposição do Ron Mueck, por motivos operacionais.

**VISITE NOSSAS LIVRARIAS:**

- [livraria.imprensaoficial.com.br](http://livraria.imprensaoficial.com.br) – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h

